

efeito mileva: mÃEs universitÃrias sÃo ausentes, ignoradas ou excluÃidas?

III SimpÃsio Brasileiro sobre Maternidade e CiÃncia, 3ª ediÃo, de 06/12/2021 a 10/12/2021
ISBN dos Anais: 978-65-81152-32-1

GOMES; Many Ribeiro Santos¹, ARAUJO; Ingrid Ribeiro Santos²

RESUMO

Em 11 de novembro de 2021, a cartado Coletivo “MÃes da UFRJ” à Universidade Federal do Rio de Janeiro [1] foi parcialmente lida no Conselho Universitário, divulgada amplamente na instituição e gerou reconhecimento imediato tanto pela reitoria quanto pela comunidade acadêmica. No mesmo dia, foi solicitado ao Grupo de Trabalho Parentalidades da UFRJ seu projeto para a instalação de trocadores de fraldas em todo o Campus, há ainda o reconhecimento da necessidade de espaços para a amamentação em projeto futuro.

Devido a esta nova realidade, uma nova esperança surge e tornou-se interessante que um trabalho acadêmico feito sob dois pontos de vista, mÃe e filha, aqui autoras deste resumo expandido, fosse trazido, visto que a primeira autora carregou para o ambiente universitário a segunda durante toda a carreira, ressalte-se que esse local era ainda mais inóspito e excluente que hoje, em uma dÃcada pouco marcada pela socializaÃo digital. Considera-se que nÃo hÃa melhor momento e local do que o III SimpÃsio Brasileiro sobre Maternidade e CiÃncia para que agora, duas universitÃrias, exponham seu primeiro trabalho teÃrico conjunto.

Nota-se que a idade das mulheres na graduação e pós-graduação costuma coincidir com a idade considerada ideal para a gestaÃo. Como nÃo hÃa uma adaptaÃo adequada para as condiÃes de trabalho da mulher acadêmica, ela se vê obrigada a escolher entre a vida pessoal e a profissional, visto que, apÃs os 35 anos, a gravidez é considerada de alto risco [2]. Existem mulheres que optam por conciliar ambas as realizaÃes e é desta realidade que trataremos aqui.

A lei brasileira nÃmero 6.202/75 [3] estabelece que “a partir do oitavo mÃs de gestaÃo e durante trÃs meses a estudante em estado de gravidez ficarÃ assistida pelo regime de exercÃcios domiciliares” e que “em casos excepcionais devidamente comprovados mediante atestado mÃdico, poderÃ ser aumentado o perÃodo de repouso, antes e depois do parto.” A OMS, por sua vez, “recomenda o aleitamento materno exclusivo atÃ os seis meses de idade e, de maneira completar, atÃ no mÃnimo os dois anos”, essa prÃtica é tida como “vital para a sÃaude e desenvolvimento das crianÃas ao longo da vida reduzindo os custos para os sistemas de sÃaude, famÃlias e governos” ademais “melhora o coeficiente intelectual, a preparaÃo para a escola e é associada a maiores rendas na vida adulta alÃm de reduzir o risco de cÃncer de mama nas mÃes”. Portanto, hÃ impossibilidade de conciliaÃo plena e profÃca entre maternidade e produtividade acadêmica pois nas universidades nÃo se tÃm locais adequados para amamentaÃo, ordenha, troca de fraldas, banho, produÃo ou aquecimento de alimentos nem quaisquer uma das necessidades que um bebÃ ou crianÃa tem para permanÃncia, mesmo que temporÃria, no local. Em 2019, a Alerj estabeleceu veto total ao projeto de lei 480/19. Segundo a proposta do projeto, as instituiÃes deveriam disponibilizar espaÃo e supervisores aptos a acolher crianÃas de atÃ quatro anos de idade. As crianÃas nÃo poderiam estar matriculadas em creches ou escolas no mesmo horÃrio e, somente poderiam permanecer no espaÃo *kids* da instituiÃo no perÃodo em que o aluno estivesse em sala de aula. Ficaria a critÃrio da instituiÃo de ensino superior as medidas e regras a serem adotadas conforme as necessidades dos alunos regularmente matriculados.

Começa, no momento da percepÃo destas realidades, as angustias que uma mÃe acadêmica enfrenta. Devido aos diversos desafios apresentados, a mÃe nÃo poderÃa levar seu filho para a universidade pois nÃo hÃa estrutura para recepcioná-los, ao passo que nÃo poderÃa ficar em casa pois a lei sÃo garante um tempo mÃnimo de afastamento. Sendo assim, a mÃe universitÃria precisarÃ contar com uma rede de apoio externa para que possa dar continuidade a seus trabalhos. Normalmente, esta rede de apoio é composta por familiares ou instituiÃes educacionais, em contexto de pandemia mundial a rede se instabiliza, devido as normas de distanciamento social.

A aceitaÃo desse afastamento imposto nÃo vem sem sofrimento. Aquelas que encaram esta empreitada

¹ COPPE/Programa de Engenharia Nuclear/UFRJ - Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, many.ribeiro@coppe.ufrj.br

² Instituto de HistÃria/UFRJ- Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, ingridribeirosantosaraudo@gmail.com

compartilham um sentimento de culpa, ora por “abandonar” seus filhos, ora por não ter como dar toda a atenção que os colegas dão às suas pesquisas. Muitas usam este desafio como combustível para dar continuidade a sua trajetória e se tornam mais determinadas enfrentando comentários desmoralizantes sobre seu papel materno, outras ficam pelo caminho pois precisam optar entre a carreira e o bem-estar de seus filhos. Em geral, o que as diferencia é a aldeia que as cerca e se é fornecido ou não subsídios para o compartilhamento da criação dessas crianças. Não há como produzir bem academicamente e, ao mesmo tempo, cuidar de um ser dependente num mundo que não fornece condições para sua estada.

Recentemente, uma frente da Psicologia sustenta que as mulheres são vistas através dos *dispositivos materno e amoroso*. No caso do *dispositivo materno*, a conhecida “culpa materna” é uma maneira de verificar se esse dispositivo está funcionando. Ao mesmo tempo, os homens são vistos através do *dispositivo da eficácia* que diz que quanto mais produtivos forem no trabalho mais serão bem-vistos [4]. A mulher não tem essa mesma chancela social, mesmo as que não são mães se sentem na obrigação de estarem disponíveis para cuidar dos demais. É preciso dizer que a idealização que se tem da mãe presente em nossa sociedade ocidental atual não é a única, ao contrário do que se disseminou por muito tempo, a responsabilidade atribuída a elas de “cuidados com o lar e os filhos” não é algo natural ou divino [5]. No livro “Um Amor Conquistado: O Mito do Amor Materno” Elisabeth Badinter faz um recorte histórico mostrando que houve na França ao longo dos séculos, uma subjugação da mulher onde os maiores pensadores e influenciadores de opinião estiveram engajados para que aquela que procriava fosse também responsabilizada pela criação, ensino e, com o desenvolvimento de estudos do campo da psicanálise, fosse estigmatizada até mesmo pela saúde mental de seus filhos durante toda a vida. No avanço das sociedades modernas, é cada vez mais presente famílias chefiadas por mulheres, mudando os cenários patriarcais tradicionais mesmo que lentamente. A responsabilidade de sustento também passa a ser assumida gradativamente pelas mulheres, porém, em grande parte das vezes, o compartilhamento de funções não é completo e ainda hoje há mulheres em jornadas duplas, triplas e que, durante a atual quarentena imposta em decorrência da pandemia pelo novo coronavírus SARS-CoV2, se aproximam mais do termo “jornada contínua” pois elas não têm mais a rede de apoio que as permitia estudar, trabalhar ou ter qualquer independência dos filhos.

Em março de 2020, o Brasil decretou o isolamento social como medida protetiva contra a Covid-19. Os impactos nos mais variados setores do mundo foram sentidos quase que imediatamente e não foi diferente com os cientistas brasileiros. Pensando nisso, o movimento *Parent in Science* fez um levantamento chamado “Produtividade Acadêmica Durante a Pandemia: Efeitos de gênero, raça e parentalidade” [6] com aproximadamente 15 mil cientistas, dentre esses quase 10 mil estudantes de pós-graduação, entre os meses de abril e maio e os resultados apontaram que somente 11% das mulheres com filhos conseguiam trabalhar remotamente. O impacto negativo varia conforme a idade da criança: quanto mais nova, maior é esse impacto. O estudo ainda conclui que “especialmente para submissões de artigos, mulheres negras (com ou sem filhos) e mulheres brancas com filhos (principalmente com idade até 12 anos) foram os grupos cuja produtividade acadêmica foi mais afetada pela pandemia. A produtividade acadêmica de homens, especialmente os sem filhos, foi a menos afetada pela pandemia.”

Os resultados obtidos pelo movimento mostram que gênero, raça e maternidade são fatores contribuintes para a sub-representação das mulheres na ciência, o que costuma ser conhecido como “teto de vidro” levando ao “efeito tesoura” que acontece mundialmente no universo feminino das ciências. O primeiro conceito desenvolve a ideia de uma barreira transparente que impede o crescimento de mulheres: elas estão presentes nos estágios iniciais da carreira científica, mas não no topo. Já o segundo, busca definir o corte abrupto de mulheres presentes na pós-graduação. Podemos citar como um exemplo disso no Brasil, o fato de que só houve uma ministra de Educação, a professora Esther de Figueiredo Ferraz que assumiu a pasta de Educação e Cultura durante a Ditadura Militar de 1982 a 1985, ademais, nunca houve uma ministra de Ciência e Tecnologia.

Há, então, referencial teórico para orientar políticas públicas de auxílio às mães na área acadêmica. É importante que algumas ações sejam tomadas e diversos grupos já pensaram nas ações afirmativas em prol da diversidade e inclusão na ciência, pois as necessidades se mostraram ainda mais evidentes durante o período de pandemia. Os cientistas não estão sendo impactados da mesma maneira, portanto é premente o desenvolvimento de ações e políticas que impeçam o aprofundamento de desigualdades de gênero e raça no pós- pandemia do mundo científico. Torna-se então importante frisar que, em março de 2021, foi aprovado o Projeto de Lei do Senado número 398 de 2018 que dispõe sobre estímulo à participação feminina nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática, e mitigação de barreiras contra mulheres nessas áreas. Uma de suas emendas possibilitaria a prorrogação de 180 dias para a conclusão de curso superior nos casos de

maternidade e adoção, importante iniciativa para o alcance da equidade parental no meio acadêmico. Este projeto aguarda sanção presidencial.

Algumas atitudes de mitigação da desigualdade e em benefício da paridade de gênero das pós-graduandas mães incluem aumento de prazos para defesas de dissertação ou tese e, para que estes pedidos não prejudiquem as notas CAPES dos programas de pós-graduação, é possível sugerir a exclusão da contagem de tempo da estudante por 4 anos à agência. Uma outra proposta elaborada pelo Grupo de Trabalho Mulheres da Ciência da UFF [7], sugere a flexibilização de oferta de disciplinas além de preferência nos atendimentos de monitoria. Estas medidas iniciais já ajudariam a reduzir o impacto na carreira das mães na Academia durante e após a pandemia.

É fundamental dar visibilidade para as mães universitárias acolhendo suas realidades para que elas não desapareçam das universidades somente por terem se tornado mães como Mileva Einstein, estudante proeminente e única mulher na turma de Albert Einstein, que desistiu de seus estudos por ter engravidado [8]. Torna-se então mandatório que um possível “efeito Mileva”, engendrado na mulher, seja impedido no período pós-pandêmico. Elas precisam continuar fazendo parte das ciências, pois a diversidade é benéfica para a sociedade.

Ressalta-se que, em 2017, a UNESCO lançou um documento chamado “Decifrar o código: educação de meninas e mulheres em ciências, tecnologia, engenharia e matemática (STEM)” [9] onde é encarregada de conduzir e coordenar a Agenda da Educação 2030, como parte de um movimento mundial para erradicar a pobreza por meio de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030. A educação é considerada essencial para alcançar todas essas metas e tem no seu objetivo específico nº 4 a descrição “assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos”. Tanto a educação quanto a igualdade de gênero são partes integrantes da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, aprovada em 2015 pela Assembleia das Nações Unidas.

Referências:

- [1] COLETIVO MÃES DA UFRJ. Carta do Coletivo MÃes da UFRJ à Universidade Federal do Rio de Janeiro. Núcleo Materna – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2021. Acesso em 14/11/2021 <https://www.nucleomaterna.com/cartadasmaesdaufjr>
- [2] MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gestação de alto risco: manual técnico / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – 5. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010.
- [3] BRASIL. Lei Nº 6.202, de 17 de abril de 1975. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 1975.
- [4] ZANELLO, Valeska. Saúde Mental, Gênero e Dispositivos: Cultura e Processos de Subjetivação. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018.
- [5] BADINTER, E. Um Amor Conquistado: O Mito do Amor Materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- [6] PARENT IN SCIENCE. Produtividade Acadêmica Durante a Pandemia: Efeitos de gênero, Raça e Parentalidade. 2020.
- [7] GRUPO DE TRABALHO “MULHERES NA CIÊNCIA”. Propostas de Políticas de Apoio à Maternidade na Universidade. Grupo de Trabalho “Mulheres na Ciência”. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2021. Acesso em 14/11/2021 https://7715ac74-a3e7-4f18-b4e5-c24eb83965c5.filesusr.com/ugd/ddd761_c015f88e961844eb912abb81bbf829ed.pdf
- [8] BENEDICT, M. Senhora Einstein: A história de amor por trás da Teoria da Relatividade. 3. ed. Gente, 2017
- [9] UNESCO. Decifrar o código: educação de meninas e mulheres em ciências e tecnologia, engenharia e matemática (STEM). Brasília: UNESCO, 2018.

PALAVRAS-CHAVE: maternidade, permanencia, universidade

¹ COPPE/Programa de Engenharia Nuclear/UFRJ - Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, many.ribeiro@coppe.ufrj.br

² Instituto de História/UFRJ- Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, ingridribeirosantosaraudo@gmail.com